

Fazenda das Limeiras: um estudo de caso para as tramas e tensões familiares vivenciadas no cativo - Distrito de Pouso Alegre – MG, século XIX

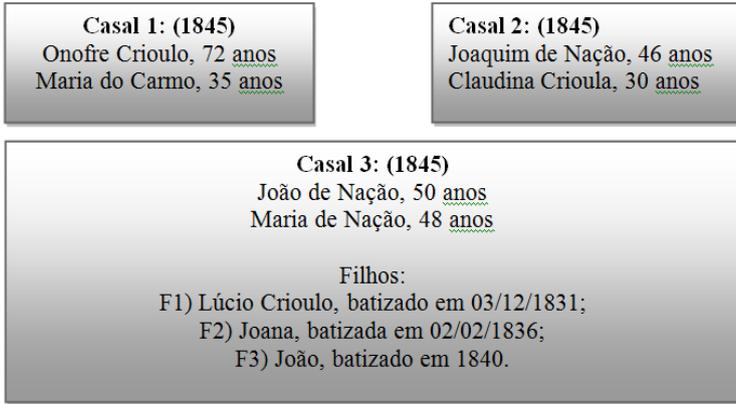
Leonara Lacerda Delfino*

A propriedade da fazenda das Limeiras, dedicada ao cultivo de “roças” e “campos de criar”, localizada no Distrito de Pouso Alegre¹, extremo-sul da província de Minas, foi palco de instigantes trajetórias familiares sedimentadas tanto pelas incursões legítimas de uniões como por arranjos consensuais. Dentre o arrolamento de domicílios do mencionado distrito em 1838, esta propriedade apresentou-se “chefiada” pelo Capitão José Maria de Freitas descrito no alistamento como branco, lavrador de 78 anos e casado com Maria Esméria Fiúza de Almeida, de 59 anos. Neste mesmo domicílio ainda foram arrolados os nomes de 19 escravos mais três agregados.²

No que concerne à composição desta escravaria, observamos que do total de 19 escravos apresentados, 10 eram mulheres e os restantes homens. Todos descritos como “pretos”, apenas Eleutério, de 23 anos, relacionado como “pardo”. Deste conjunto, identificamos sete crianças menores de 12 anos. Consoante ao estado conjugal relacionado aos escravos adultos, foram mencionados três casais com seus respectivos arranjos familiares subjacentes à Lista.³

A partir do cruzamento deste alistamento com o inventário da propriedade aberto em 1845, pela ocasião da morte do Capitão, observamos que do total de 19 escravos, houve o acréscimo de apenas um cativo. Entretanto, neste espaço de sete anos, entre o recenseamento e a partilha de bens, três escravos (Justino Crioulo, com “mais ou menos oito anos”; Umbelina, “sete anos” e Modesto Crioulo, “cinco anos”), nasceram após o inquérito censitário; enquanto que Pedro e Mariana - esta com 71 anos durante o inquérito, provavelmente veio a falecer neste intervalo - ambos não apareceram no arrolamento de partilha de bens em 1845.⁴ Dentre o total de 20 escravos mencionados no ato da partilha, ratificamos nominalmente os três casais sugeridos pelo recenseamento pela menção através da indicação de seis cativos em estado civil de casados. Dentre os “arranjos”⁵ explicitados no arrolamento da partilha, estavam “subentendidos” no alistamento, os seguintes:

DIAGRAMA 3: RELAÇÕES DE PARENTESCO NA FAZENDA DAS LIMEIRAS :



Fonte: Inventário *post-mortem* do Capitão José Maria de Freitas (inventariado). Data 06/09/1845. Localizado no FMPA. Assentos de Batismo, ver: Livro 3 (1825-1837), localizado na MSBJ.

Neste processo de desmembramento familiar observamos, além do engendramento destas três uniões estáveis, dois momentos decisivos na trajetória destas famílias, tais como a separação do casal Joaquim de Nação e Claudina Crioula; a alforria condicional declarada em testamento ao idoso Onofre de 72 anos, casado com Maria do Carmo, de 35 anos, também cativa. Dentre as disposições mencionadas em testamento declaradas pelo capitão estavam:

*Deixo ao meu escravo Onofre a quantia de cem mil réis, para ser levado em conta o amor do mesmo, a benefício de sua liberdade com a condição de servir a minha mulher, enquanto for viva e por morte della, ser-lhe- á então conferida a liberdade, o que faço pelos bons serviços que me prestou.*⁶

Junto à concessão de liberdade condicional concedida a Onofre foi registrado, em depoimento testamentário do capitão Freitas, a admissão de um pecúlio em prol da liberdade de um escravo de nome Eleutério. Não obstante, a liberdade deste último perpassou por uma trajetória pouco distinta da percorrida por Onofre. Além dos investimentos em alianças pessoais, de anos de dedicação à política de favores que sustentavam uma política de alforrias, a liberdade de Eleutério trazia uma peculiaridade: coação. Este evento presumia-se num acordo prévio entre senhor e escravo, pelo qual este era responsável pelas despesas imputadas pelo preço da

liberdade através da reunião do pecúlio: “(...) O escravo Eleutério deixo liberto, por haver recebido dele a quantia de oitocentos mil réis e por me haver servido bem e pela a amizade que dele tenho (...)”⁷

Até o momento não observamos nenhuma ligação de parentesco entre o mencionado escravo com seus outros pares também pertencentes ao mesmo plantel do capitão. Quanto à trajetória de Onofre, este permanece casado com Maria do Carmo, ocupando, após a morte da viúva D. Maria Esméria, em 1848, a condição de agregado.⁸ Ocupação também esta exercida pelo ex-escravo Eleutério, desde a morte de seu ex-senhor em 1845. Entretanto passados pouco mais de dez anos após o recebimento da alforria do capitão, aquele se encontrava “bastante enfermo”, acompanhado de seu filho liberto Joaquim, alegando em seu testamento as seguintes disposições:

*Eu, Eleutério Borges de Almeida, solteiro, de idade de trinta e oito annos, filho natural de Brígida Crioula, nascido e baptizado nesta Freguesia da cidade de Pouzo Alegre, escravo que foi do Capitão Jozé Maria de Freitas, já fallecido. Achando-me gravemente enfermo, esperando a morte, faço as seguintes disposições: [...] Declaro que tenho três filhos que os reconheço como tais, por este meu solene testamento e por meus legítimos herdeiros que são, os seguintes: Joaquim Cabra de idade de doze annos, mais ou menos, filho de Manoela Crioulla, escrava do vigário José Maria de Moura Leite, nascido liberto e que se acha na minha companhia; Lino Mulato, de idade de vinte annos mais ou menos, filho de Justina Crioulla, escrava de Demétrio Antunes de Azevedo, residente no termo da Villa de Caza Branca; e Salvador mulato, de idade de quatro annos, mais ou menos, filho de Eusébia, escrava de Manoel Leite Ferreira de Mello. Destes dois últimos meus filhos, Lino e Salvador, que lhes tocar dos bens que deixo com igualdade de meu primeiro filho nomeado, servirá para liberdade dos mesmos [...] E por não saber ler nem escrever, roguei a Antônio Muniz Barreto [...]. Fazenda das Limeiras, Freguesia de Pouzo Alegre, 17 de maio de 1855.*⁹

Apreendemos neste momento que boa parte das relações familiares omitidas na confecção do alistamento e Inventário *post mortem* do capitão Freitas, traçadas pelo escravo Eleutério, insurgiram-se pelo depoimento pessoal do ex-escravo. Segundo França Paiva¹⁰, o depoimento testamentário consiste numa fonte preciosa, pois além de ser descrito na primeira pessoa, sempre se instituiu num espaço revelador não somente aos últimos desejos do moribundo, mas por estabelecer reparos de “erros” cometidos ao longo da vida, além de demarcar concessões de amparos materiais e espirituais aos entes próximos de seu círculo de convívio. Este

momento serviria também para confirmar e reatar alianças com seus entes protetores e protegidos. Era um espaço, sobretudo, propício à ratificação e ao reconhecimento de descendentes consanguíneos contraídos fora do matrimônio legítimo.

Entretanto, observamos que além do reconhecimento de seus três filhos: Lino (20 anos), Joaquim (12 anos) e Salvador (4 anos); Eleutério teceu, em primeiro plano, relações temporárias, demarcadas pelas incursões sexuais e/ou afetivas instáveis com as respectivas mulheres escravas, mães de seus filhos pertencentes as outras propriedades; como também consolidou vínculos paternos com seus filhos, que pela exceção de Joaquim, se encontravam ambos apartados pelos limites impostos pela escravidão. Nesse sentido, importante salientar que mesmo sob condição de separação domiciliar, estes vínculos não estariam totalmente solapados, havia-se possibilidades de recriação e perpetuação de enlaces de parentesco a partir das difíceis e limitadas condições de contato familiar para além dos limites de domicílio.

Não obstante, há que se reconhecer que a circulação e mobilidade entre escravos de propriedades distintas se faziam frequentes sempre viabilizando situações para interações diretas ou não entre familiares cativos de propriedades distintas. Segundo Teixeira¹¹, eram inúmeras as formas de contato que colocavam estes escravos num intenso intercuro social: seja pelo empréstimo e aluguel de escravos, transportes de algum gado, milho; recados proferidos por cativos de uma propriedade a outra... Enfim, eram inúmeros afazeres cotidianos que dispunham esses escravos lado a lado possibilitando uma intensa mobilidade que ultrapassaram os limites não só do domicílio urbano, mas dos sítios, roças e fazendas que se avizinhavam. A despeito deste influxo existente entre escravos de propriedades distintas em São José dos Pinhais, Machado afirma que “a família escrava, muitas vezes atravessava o cativo e a liberdade sincrônica e diacronicamente” e que embora as uniões consensuais se fizessem predominantes, era possível que “muitos cativos fizessem parte de uma família estendida ou de uma rede de parentesco, ainda que as formas de sua manutenção se enlaçassem estreitamente com os eventos que se desdobravam na vida dos senhores.”¹²

Outro aspecto fundamental na análise deste curto fragmento biográfico do ex-escravo, junto às composições familiares edificadas na micro-comunidade da Fazenda das Limeiras, é que além da manifestação destes vínculos paternos mencionado pelo forro Eleutério, o percurso para sua liberdade, bem como da libertação do escravo Onofre, não se restringiram a um caminho exclusivamente

Fazenda das Limeiras

individual. Houve inclusão de filhos, bem como no caso do último mencionado, a inclusão da companheira de cativo, o que nos ratifica a assertiva de que os projetos de alforria, muitas vezes estavam entrelaçados aos projetos familiares. A possibilidade em abrir um canal de acesso a uma nova condição social aos entes mantidos no cativo fazia com que esses recém-libertados transitassem numa linha tênue de demarcação entre os “mundos” do cativo e da liberdade. Entretanto, esta fronteira, não claramente definida, fazia com que as experiências tecidas pelo indivíduo alforriado estivessem sempre atreladas ao universo do cativo. Nesse sentido, pondera Fraga Júnior que não só vivência familiar, mas toda experiência social de um indivíduo recém-libertado jamais poderia “ser pensada fora das lembranças e memórias compartilhadas nos tempos do cativo” e que para além das lembranças e memórias, não se rompiam abruptamente os elos de convivência e de permanência da família.¹³

Neste curto fragmento biográfico de Eleutério extraímos a dupla face da família escrava, observamos a primeira, demarcada pela condição de cisão e instabilidade familiar. Ao passo que a segunda demonstra que apesar do iminente risco de instabilidade gerado pelos limites impostos à perpetuação e segurança destes vínculos comunitários, que ainda sim esses agentes permaneciam persistentes no agenciamento de enlaces familiares, mesmo sob a condição de separação domiciliar. A experiência deste ex-escravo abre-nos caminhos para enveredarmos nestes significados construídos frente às imposições de convivência ditadas pela condição de propriedade e pertencimento a domínios distintos, como também instiga-nos à avançarmos na reflexão acerca destas práticas estratégicas de convivência frente às situações de ruptura e de dispersão familiar no âmbito do cativo.

Nesse sentido, o estudo singularizado da Fazenda das Limeiras - a partir do cruzamento de documentos diversificados viabilizado pelo método nominativo, este tomando como referência primária o nome do proprietário, foi fundamental para acompanharmos o caráter multifacetado adquirido pelas relações consanguíneas entre escravos submetidos a uma experiência compartilhada de convivência e efetuada num *quantum* mínimo de tempo e espaço, representado pelos *microcosmos* construídos nos limites desta propriedade pertencente ao Capitão José Maria de Freitas. Deste modo, conseguimos apreender tanto o nível de continuidade como de ruptura em que os laços parentais estavam suscetíveis no momento de instabilidade gerada durante o auto de partilha, na ocorrência da morte do senhor. Deste modo, procuramos

captar o aspecto de mobilidade destas relações familiares, quando expostas à situação de separação domiciliar, como o caso representado pelo forro Eleutério e suas respectivas companheiras, que adquiriu ao logo de sua vida, bem como de sua relação com seus filhos, situados em distintos domicílios e outro que vivia em sua companhia, já gozando do estado de liberto. Outro aspecto importante refere-se aos projetos familiares vinculados aos projetos de alforria. A permanência de Onofre como agregado na propriedade das Limeiras, ao lado de sua companheira de cativoiro (Maria do Carmo) após sua aquisição de liberdade, registrada no testamento do capitão, bem o acúmulo de pecúlio para o pagamento de liberdade dos filhos de Eleutério mantidos em cativoiro, demonstra o peso que essas relações de parentesco possuíam, mesmo quando os investimentos para a conquista de liberdade aparentassem ser um projeto exclusivamente individual. Nesse sentido, os vínculos estabelecidos no interior do cativoiro potencializavam as possibilidades de extensão da liberdade aos entes mantidos na condição de escravos, quando algum deles adquiria respostas bem sucedidas nesta política de investimentos. Não obstante, nenhuma certeza era sólida em se tratando do universo escravista, onde as relações de dependência e subordinação passavam, em grande parte, pelo crivo pessoal, não assegurando seguranças definitivas principalmente àqueles grupos situados no campo mais fraco da contenda.

Notas de Referência

- * Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), orientada pela Professora Doutora Mônica Ribeiro de Oliveira. Contato: leonaralacerda@yahoo.com.br.
- ¹ O Distrito de Pouso Alegre, localizado no extremo sul da província de Minas Gerais, surgiu como ponto de paragem obrigatória de tropas que seguiam pelo Caminho Velho, no trajeto que marcava a circulação entre a capitania de São Paulo aos centros mineradores e Sertões das Minas. No decorrer do século XIX, a localidade estabeleceu-se como dinâmico entreposto comercial da Comarca do Rio das Mortes, depois, Comarca do Sapucaí. Especializou-se na produção de víveres, destacando-se também no plantio do fumo e do chá. Representava, segundo o Recenseamento de 1826, a terceira maior participação na arrecadação de dízimos do termo de Campanha, município a que pertenceu até 1831, dado que revela sua dinâmica mercantil regional neste período. Entre 1833-1835 apresentou uma população superior aos distritos de Itajubá e Campanha, com 6.817 habitantes. Em relação à sua população escrava,

o Distrito apresentou uma participação de 2.011 cativos, também superior às praças regionais mencionadas, (Itajubá -1840 cativos e Campanha - 1431 cativos), neste mesmo levantamento efetuado entre 1833-1835. Dentre as características desta população cativa podemos destacar: elevada participação de crianças, entre 06 a 14 anos (35%), neste mesmo período, o que nos leva inferir o relevante papel cumprido pela reprodução natural na manutenção desta escravaria, o que não levou à exclusão do recurso ao tráfico de escravos, que se efetuou como uma via bastante valorizada pelos senhores daquele município em que se inseria o mesmo Distrito, no que se refere ao aumento da força de trabalho. Quanto às características das propriedades escravistas, podemos mencionar, de forma bastante resumida, que o Município de Pouso Alegre apresentou capacidade de agregar grandes unidades escravistas ao lado de pequenas e médias propriedades, dedicadas exclusivamente à uma produção diversificada de elementos, fato que leva a relativizar a idéia de que a capacidade de obtenção da força de trabalho escravo estaria diretamente atrelada à economia de agroexportação. Mais informações, consultar: DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: Incursões em uma demografia da escravidão no Sul de Minas. (1810-1873)*. Dissertação de Mestrado em História. Juiz de Fora: UFJF, 2010.

- ² Foram nomeados agregados: Silvério (13 anos), Leopoldina (13 anos) e Joaquim (3 anos). Cf.: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizadas no Arquivo Público Mineiro, Notação MP, CX 06 doc 01.
- ³ Não eram mencionadas explicitamente as ligações de parentesco nestas Listas Nominativas. A apreensão destas só foi possível através da ligação nominativa dos membros arrolados com outros documentos em que estes são identificados, seguidos por alguma menção de parentesco. Os documentos mais suscetíveis a estas menções são os inventários e registros paroquiais. Cf.: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizadas no Arquivo Público Mineiro, Notação MP, CX 06 doc 01.
- ⁴ Os escravos arrolados na Lista Nominativa de 1838 e na partilha de bens do inventário *post mortem* de José Maria de Freitas foram: Onofre Crioulo, Maria do Carmo, Joaquim de Nação, Claudina Crioula, João de Nação, Maria de Nação, Jacintha Crioula, Maria de Nação, Joaquim de Nação, Francisco de Nação, Felipe Crioulo, Luís Crioulo, Joana Crioula, Fausta Crioula e Pedro Mulato. Cf.: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizadas no Arquivo Público Mineiro, Notação MP, CX 06 doc 01. Inventário *post-mortem* Capitão José Maria de Freitas (inventariado). Data 06/09/1845. Localizado no Fórum Municipal de Pouso Alegre.
- ⁵ Das sete crianças mencionadas na Lista, não conseguimos identificar no arrolamento da partilha a filiação das escravas Jacinta (1836) e Fausta

(1826), ambas descritas como “filhas de Maria”, não seguidas de outra referência, resultando esta identificação num velho problema colocado pelos os homônimos. O registro de outros escravos menores, como Pedro (1834) e Generosa (1838), também não mencionou nenhuma filiação. Ver: Inventário *post-mortem* Capitão José Maria de Freitas (inventariado). Data 06/09/1845. Localizado no Fórum Municipal de Pouso Alegre. Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Ver: Arquivo Público Mineiro, Notação MP, CX 06 doc 01. Das crianças que foram identificadas com filiação no auto de partilha em 1845, confirmamos esta informação através do cruzamento dos nomes mencionados com os assentos de batismo. Foram eles: Lúcio crioulo (batizado em 03\12\1831), Joana Crioula (batizada em 02\02\1836 e João Crioulo (batizado em 1840, a data deste registro encontra-se ilegível, em razão do estado danificado do documento). Cf.: Livro 3 (1825-1837) Matriz de São Bom Jesus de Pouso Alegre.

- 6 Inventário *post-mortem* Capitão José Maria de Freitas (inventariado). Data 06/09/1845. Localizado no Fórum Municipal de Pouso Alegre.
- 7 Inventário *post-mortem* Capitão José Maria de Freitas (inventariado). Data 06/09/1845. Localizado no Fórum Municipal de Pouso Alegre.
- 8 Inventário *post-mortem* de D. Maria Esméria de Almeida. (inventariada). Data 29/02/1848. Localizado no Fórum Municipal de Pouso Alegre.
- 9 Inventário de Eleutério Borges de Almeida, Nº 25. Data de abertura: 05/08/1855. Localizado no Fórum Municipal de Pouso Alegre.
- 10 PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.
- 11 TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: O Distrito de Lage e o Quarteirão do Mosquito*. São Paulo: Annablume, 2007.
- 12 MACHADO, C. *A trama das vontades*. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais, passagem do século XVIII para XIX). Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em História: UFRJ, 2006, p. 168
- 13 FRAGA Jr. FRAGA Júnior, Walter. *Caminhos da liberdade: escravidão, emancipação na Bahia, 1870-1910*. Tese de Doutorado em História. IFCH: UNICAMP, 2004, p. 17